

Introdução

AMÉRICO PEREIRA

Professor da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa

O fenómeno «pandemia» não era algo inédito quando isso que agora se conhece como «pandemia COVID-19¹» se desencadeou. Grandes pandemias tinham já ocorrido, algumas de vetusta memória, outras mais próximas em termos cronológicos. Uma pandemia não só era e é algo de possível, mas tal possibilidade já se houvera concretizado, com consequências devastadoras de cada vez que tal concretização ocorreu. Honestamente, então, ninguém poderia dizer que algo como uma pandemia era ‘impensável’. As possibilidades só fazem parte do horizonte noético humano precisamente porque, de algum modo são pensáveis e, como tais, pensadas. Então, não é a impensabilidade da pandemia que está em causa, mas a qualidade de quem deve pensar tais possibilidades e não o faz.

Esta imponderação do ponderável, cuja frequente chamada à presença do espírito é necessária, dada a grandeza negativa das consequências da ausência de ponderação, de prudência, parece ser apanágio comum das várias chefias políticas hodiernas, exatamente as mesmas que são postas em lugar de poder e nele sustentadas para que cuidem do bem das sociedades que as nutrem. Mesmo perante a evidência da grande complexidade dos movimentos que erguem as sociedades, tendo em conta que nem tudo tem a mesma importância, sobretudo as questões de ordem existencial, pode questionar-se em que é que os vários responsáveis gastam o seu tempo e as suas energias.

Sem constante ponderação e prudência, existe-se reativamente perante tais movimentos, cujas grandes linhas de desenvolvimento, qual Mestre num navio, as chefias políticas deveriam procurar apreender, a fim de evitar ter de apenas reagir, podendo agir preventivamente. Ora, a saúde é um dos âmbitos em que é possível, dentro de certos limites,

¹ A nomenclatura foi uniformizada em toda a obra tendo como referência a designação utilizada pela Direção-Geral da Saúde: COVID-19 (portal informativo da Direção Geral de Saúde — ePortugal.gov.pt).

ponderar prudentemente, agir preventivamente; agir, em vez de apenas reagir.

Em pleno surgimento da presente pandemia, percebeu-se claramente o nível geral de impreparação, mesmo havendo a obrigação de se saber dos riscos de uma pandemia, sempre possível, com graus de probabilidade variáveis, provavelmente inevitável quando em movimento, mas cujas repercussões imediatas e mediatas podem ser atenuadas se houver uma preparação estratégica geral. Geral, pois não se adivinha exatamente o que pode surgir. Todavia, se houver uma aposta estratégica geral — universal era preferível — em estruturas de todos os tipos, então, sem ‘bola de cristal’, não será possível reagir melhor, porque previamente se agiu prudentemente? Quanto aos custos, e se for possível e recomendável fazer o balanço do que se gastou a corrigir o que nunca deveria ter existido, será que se chegará à conclusão de que a inação preventiva é ‘mais barata’? E os custos humanos, a todos os níveis e de todos os modos? Quanto vale em Euros uma vida humana ignaramente perdida por falta de ponderação?

Se há uma grande lição, inicial, todavia fundamental, a retirar do que já se viveu e reflectiu acerca da presente pandemia COVID-19, é que os seres humanos, sobretudo aqueles em quem tradicionalmente se confia o governo dos povos, não aprendem ou dificilmente aprendem lições, hauríveis no que se dispõe em termos de memória, monumentalidade e escrita, relativas à realidade passada, em si mesma aniquilada pelo inexorável movimento que cria o mundo, mas de que não se pode honestamente afirmar que nada restou. Restaram as aludidas memória, monumentalidade e historiografia.

Ora, a pandemia que serve de objeto de estudo aos capítulos que se seguem não é a primeira a ocorrer em tempos de humanidade, nem sequer é a primeira a ocorrer no último cento de anos, tendo deixado cada uma delas várias lições, ao que parece perdidas, salvo para alguns eruditos. A presente obra, sem ilusão de exaustividade ou posse única de verdades, num espírito académico e epistemológico, mas também cultural, de multi-disciplinaridade, é um subsídio para a ponderação sobre este pesadíssimo fenómeno sanitário que se abateu sobre a global humanidade, procurando retirar algumas das muitas lições hauríveis, sabendo que toda a ciência é dialeticamente precária, passo que pode ser certo, mas que é provisório, todavia, degrau necessário para que outros mais altos ou mais profundos possam acontecer. Agradece-se penhoradamente a todos os autores que contribuíram para esta obra

com o seu saber e a sua sensibilidade. A obra é deles e também de todos os que se ocupam com pensar o presente para, eventualmente, preparar o futuro. É o fruto do generoso labor autoral que se passa a apresentar introdutoriamente.

Na primeira parte da presente obra, que se intitula «Aprender com o passado: o *status quo* e as lições das pandemias passadas», Alexandre Castro Caldas, que reflete acerca de «Negacionismo científico», começa por referir que «o negacionismo científico caracteriza-se por pôr em dúvida os dados científicos disponibilizados ao público sobre a forma como a doença se comporta e os riscos que ela acarreta», passando, de seguida a evidenciar o que se entende por «ciência», noção sem a qual não é possível assentar em qualquer afirmação epistemológica. Explora os limites da ciência, que são quer a sua fragilidade quer a sua real grandeza como instrumento de inteligibilidade do real. Tal é mostrado de forma exemplar, antes de se concluir: «Parece-nos possível concluir que o negacionismo não estará exatamente ligado à questão da ciência ela própria, mas sim à forma como a ciência pode ser utilizada para justificação de tomada de decisão pelos que detêm o poder. A Ciência não representa a verdade absoluta porque se desdiz com o seu desenvolvimento, e não estará em causa, mas o seu uso é que pode ser manipulado com intenções, o que sustenta a teoria da conspiração. As questões importantes relativas à saúde e a outros problemas relacionados com o futuro do planeta têm de ser claramente separadas das convicções políticas [...]», acrescentamos, sob pena de se perverter e talvez mesmo destruir um dos melhores instrumentos de possibilidade de existência que a humanidade possui.

Em «Virologia: uma especialidade sobre entidades incertas e no limiar do vivo», Rita Carmo Ferreira procura mostrar o que é um vírus, realidades «sem metabolismo ou estrutura celular», «completamente dependentes das células hospedeiras para se conseguirem reproduzir». Parasitas, tipicamente, parasitas muito bem sucedidos. Explica detalhadamente o que são os «vírus influenza», bem como isso que se lhes pode naturalmente opor, «o sistema de defesa do corpo contra infeções». Pode, então, melhor compreender-se o significado real de «a mais recente pandemia de COVID-19», apresentada em pormenor. Surgem as lições: «o que já sabemos e devemos integrar» mostra que já há um grande acervo de conhecimento, integrável e a integrar; esta integração permite perspetivar o devir «com algum humor e esperança no futuro». Sublinha-se o termo «esperança».

Helena da Silva escreve acerca de «Epidemias e consequências na história de Portugal», abordando «brevemente as principais ou grandes epidemias (nalguns casos pandemias) que marcaram Portugal», delineando «algumas das suas consequências», lembrando que «muitas outras doenças afetaram Portugal, algumas com consequências a longo prazo pois tornaram-se endémicas, isto é, recorrentes no território, como a lepra, a malária ou a tuberculose 2». Trata com especial enfoque a «Peste Negra» ou «Peste Bubónica», a «Cólera», a «Gripe de 1918-1919». Termina com pertinente alerta: «Apesar de há vários anos a OMS alertar para que uma nova pandemia estava iminente, esta causou surpresa, medo e pânico. Se para alguns esta foi a COVID-19, para outros a grande pandemia ainda está para vir». É conveniente saber ouvir a voz que resulta de um prudente trabalho epistemológico.

Em «Aprender com uma experiência limite: a erradicação da varíola», Ana Resende e Elisa Garcia refletem acerca do «conhecimento científico que foi sendo adquirido ao longo dos períodos de crise sanitária graves», e mostram como «a humanidade foi aprendendo estas experiências limite e, de um modo muito particular, com o sucesso da erradicação da varíola». Iniciam o estudo com uma pormenorizada «contextualização do conhecimento adquirido com as epidemias/pandemias», a que se segue a ponderação «pandemia da Varíola VS pandemia da COVID-19», em que se exploram os passos dados quer no combate longuíssimo contra a Varíola quer no combate rapidíssimo contra a presente pandemia, ambos em seus modos próprios vitoriosos. O estudo permitiu profundas lições, de que se destaca: «Tendo em conta a possibilidade de o Homem voltar a ser infetado por novos microrganismos nocivos à saúde ao longo dos próximos anos e décadas, importa [...] deixar a nota de que é essencial refletir-se em conjunto sobre a prevenção primária da doença nos cuidados de saúde, como um importante desafio para a humanidade». Claríssimo. Realizável?

Manuel Lemos retira lições importantes sobre o movimento humano de solidariedade em «A ação das misericórdias portuguesas no combate à pandemia COVID-19: passado, presente e futuro». Subtilmente, começa por mostrar a dificuldade dos tempos pandémicos: «[...] um registo de quase sobrevivência, mas também de incrível imaginação, preciosa aprendizagem e solidadriedade infinita [...]». Grandeza na resposta que superou a grandeza do transe. Lição incontornável. Com uma história de «mais de 500 anos», as «Misericórdias procuram dar resposta às necessidades da população», assim, durante as fases mais agudas da

presente pandemia, com o país e mundo em plena tragédia diária, «a tragédia teria sido infinitamente maior se não fossem as Misericórdias e os seus Provedores e profissionais no terreno com a sua alma lusa, abnegada, solidária, com imaginação tecnicista e uma solidariedade imensa e que fez deles, na história desta pandemia, os heróis dos que mais precisavam». Labor solidário, que factualmente demonstrou que «‘orgulhosamente só’ não ajuda a sobreviver numa pandemia».

Em «A importância de começar pelo princípio, sem deixar de visitar o meio», Amélia Simões Figueiredo, Teresa Vidal e Cândida Ferrito refletem profundamente acerca de «a importância dos princípios da promoção de saúde, da educação para a saúde e da prevenção da doença em contexto de pandemia, como elementares numa assistência de saúde integrada». Precisamente o que não existe é um sistema real de cuidados integrados de saúde, isto é, de cuidado *com a saúde*, vivendo-se, ainda e sempre, no oximoro de sistemas ditos ‘de saúde’ que se limitam a administrar as doenças já em ato. O sentido da prevenção da doença é fundamental; fundamentalmente falha. As autoras começam por expor isso em que consiste «a promoção da saúde — o princípio», apoiando-se em documentação de transcendente importância para o bem sanitário da humanidade. Segue-se um estudo acerca de «a prevenção — detetar a meio sem esquecer o princípio», mostrando o que se entende por «a prevenção primordial, a primária, a secundária, a terciária e a quaternária»; assim sustentadas, passam à elucidação da «prevenção da COVID-19 — uma experiência na Academia», em que se relata circunstanciadamente a ação da equipa da UCP-Lisboa do Programa de Testagem CVP—Ensino Superior. Em «a oportunidade de reaprender o princípio», percebe-se a Academia como lugar passível de operar um «duplo empoderamento: tanto de quem ensina (educadores de pares), como de quem recebe o aconselhamento (os educandos)». Como final de conclusão, escrevem as autoras: «O que aprendemos com esta “experiência”? Aprendemos com o que correu bem e o que correu menos bem. Estamos no caminho de reparar as fragilidades identificadas? Será cedo para sabermos, mas uma certeza temos — há muito trabalho e novos desafios pela frente».

D. Américo Aguiar, em «Será possível o mundo estar preparado?», começa por evocar imagens de todos conhecidas e que, por um lado, implicam reflexão acerca do que é ficcional e real, dadas as circunstâncias extremas em que se tem vivido, dignas da mais estranha imaginação. Evoca também, outrossim, a imagem real do Papa Francisco,

sozinho da Praça de São Pedro, «Completamente vazia, mas cheia. Apenas um homem vestido de branco, lento na sua dificuldade de caminhar, rampa acima. Curvado, carrega o peso da humanidade que teima em transportar, toda a humanidade, rumo a um antiquíssimo crucifixo da cidade de Roma, que é testemunha de vários séculos de aflições, súplicas e gritos». Com realismo, interroga-se: «A pandemia lançou um *slogan*: “vai ficar tudo bem”. Ficarà tudo bem? Ficou mesmo?». Deixa, ainda, a nota de prudência: «Pensar o futuro sem muito do que nos habituámos a possuir, a ter como adquirido, é possível. Mas pensar o futuro sem verdade é um caminho sem saída».

No que diz respeito à segunda parte da obra, «Agir no Presente: lições dos combates à COVID-19 — individual, nacional, global», em «A mobilização nacional para o combate à pandemia COVID-19», Henrique Gouveia e Melo, em «registo de primeira pessoa», compartilha «a experiência vivida na Coordenação da *Task Force* contra a COVID-19 em Portugal». Tendo encontrado uma «situação pandémica» do país «dramática», procedeu com disciplina, ordem e racionalidade militar à rápida e eficiente construção de um dispositivo de resposta capaz do cumprimento da tarefa atribuída. Nas palavras do Almirante: «Em menos de 24 horas adaptámos as instalações cedidas em Oeiras, criando uma sala de situação, na qual se instalou uma infraestrutura de rede informática com ligação a servidores. Seria o nosso espaço nos 8 meses seguintes, onde nos concentrámos neste “combate”, sem distrações, focados na missão». De facto, e sem metáfora despropositada, tratava-se (e trata-se, ainda) de «claramente» um «cenário de guerra perante um inimigo invisível e altamente letal (o vírus) e sem munições (vacinas)». Neste cenário dramático, inédito em sua magnitude e qualidade, «o meu “núcleo duro” e a Força de Reação Imediata — FRI — [...], 37 militares (homens e mulheres) e uma funcionária civil», encetaram a tarefa de vacinar depressa e bem milhões de seres humanos. Gouveia e Melo expõe os pontos que considera fundamentais: Organização, interna e externa; comunicação, enquanto elemento envolvente, como promotora do processo de vacinação, com os Órgãos de Comunicação Social; liderança, segundo o modo «OODALOO» — Observar, Orientar, Decidir, Agir. Este modo, modelo de ação, permitiu o sucesso histórico conhecido e reconhecido. Manifestando sentido de coragem («Não há que temer tomar decisões inovadoras»), e um profundo agradecimento quer à equipa que o secundou quer ao próprio povo servido, encerra o capítulo: «Sinto um enorme orgulho dos portugueses. Juntos conseguimos. Parabéns a todos».

No capítulo dedicado ao tema «A mobilização nacional para o combate à pandemia COVID-19: o papel das instituições sociais», Rita Valadas inicia de forma clara o seu texto brevemente elencando a situação inicial: «A pandemia COVID-19 atacou-nos de forma despreparada, inesperada e avassaladora». Mudanças radicais tiveram de ser postas em prática. De tais mudanças e ações que desencadearam resultaram «angústias» e «lições». Como sempre que se aprende algo, estas andam imbricadas. Imbricação que é a marca social e humana de quem presta serviço nas Instituições aqui em causa. Ora, «Num primeiro momento a COVID-19 atingiu especialmente os mais dependentes, que precisavam de uma atenção permanente de cuidadores, quer estivessem isolados no seu domicílio, quer estivessem em respostas residenciais». Todavia, cumprindo-se, o vírus ataca universalmente, pelo que «Atingiu também os cuidadores, formais e informais». Por outro lado, «pareceu proteger os mais novos», aparentemente menos frágeis. O que se originou «Foi o pânico das respostas residenciais para idosos, dos profissionais que não podiam deixar de trabalhar, das suas famílias», a que se somou a «escassez de EPI (Equipamentos de Proteção Individual)». No entanto, tais instituições não existem para o pânico, mas para o serviço dos que delas impreterivelmente necessitam, pelo que «Na emergência da situação havia que garantir os cuidados e o bem-estar dos mais isolados, dos mais doentes, e dos mais frágeis. Todos com vidas suspensas, mas necessidades permanentes». Assim, «Com avanços e recuos fomos somando estratégias, recursos, soluções e procurando acudir num espírito de emergência sem fim à vista [...]». A crise económica, as reais distopias da escassez de recursos para alguns, a consequente dificuldade em obter ajuda paga, tudo se precipitou para criar uma situação em que a esperança se manifestava difícil, salvo a posta no bem fazer e agir daqueles cuja missão é, precisamente, ajudar, apenas para ajudar quem necessita. Com uma estratégia de «chegar perto à distância», montou-se um modo de intervenção eficaz que ajudou a minorar as dificuldades cumulativas geradas pela pandemia. Em continuidade possível para o futuro fica a lição: «[...] que o envolvimento dos agentes sociais fosse continuamente mantido na leitura da realidade social de proximidade, na avaliação da política social e no concurso para novas medidas e recursos». Todavia, quão perto da dramática realidade de cada dia está o poder político?

Patrícia Pontífice, em «Pandemia COVID-19: ameaça ao conforto dos enfermeiros», começa por lembrar que a presente pandemia gerou «uma crise fortíssima e imprevisível [...] a nível da saúde, pondo em

perigo as pessoas, arrastando e provocando consequências gravosas e exigindo um elevado esforço dos sistemas de saúde». Para a Enfermagem, «Cuidar, como intervenção terapêutica, é um processo que traz benefícios à díada enfermeiro e pessoa cuidada, e conduz ao desenvolvimento de ambos. É, pois, a forma de concretizar o cuidado que o distingue: *uma forma de ser, de relação e ação*». Para lá da «dedicação», é essencial ao pessoal de Enfermagem: «o conhecimento, a honestidade, a paciência, a alternância de ritmos, a confiança, a humildade, a esperança e a coragem». No concreto da pandemia: «Envolvidos no combate à pandemia COVID-19, os enfermeiros constituem um grupo de profissionais em que os riscos psicossociais se tornam cada vez mais evidentes devido à exposição a uma situação limite e prolongada», sendo, assim, «uma profissão vulnerável ao *burnout* (síndrome de esgotamento profissional)». Patrícia Pontífice expõe, detalhada e claramente, o que se entende por *burnout*, baseando-se em estudos científicos, em que, por exemplo, se pode verificar que «Comparativamente a estudos anteriores à pandemia COVID-19 houve um aumento da exaustão emocional e da despersonalização em Portugal e uma diminuição na realização pessoal». Terminando com uma parte dedicada a «Os ensinamentos da pandemia COVID-19: cuidar de quem cuida», elencam-se os cuidados mais importantes a ter/implementar sistematicamente, a fim de moderar os riscos de *burnout*, impassíveis de eliminação neste tipo de profissão humanamente dedicada e cujo objeto e instrumento são ambos seres humanos. Trata-se de uma «[...] *prevenção quinquenária*), com vista à capacitação emocional, através de intervenções eficazes de gestão do *stress*, para uma maior qualidade de vida e de trabalho dos profissionais de saúde, na perspetiva dos cuidados prestados». O bem integral dos profissionais de saúde não se esgota neles próprios, mas é meio para o serviço do bem daqueles de quem cuidam: «Nesta lógica de ação, melhorando as condições dos profissionais, será possível gerar um clima emocional positivo que beneficie a conquista do estado de saúde do enfermeiro, capaz de encadear, num todo eficaz, um agir justo e digno, ético e responsável, promotor do melhor interesse e maior bem: o estado de saúde da pessoa cuidada».

No capítulo cujo tema é «Intervenção das farmácias comunitárias no contexto da pandemia COVID-19: dispensa em proximidade de medicamentos de regime ambulatorio hospitalar e serviço de testes rápidos de Antigénio (TRAg) de Uso Profissional», Sónia Romano, José Pedro Guerreiro, Humberto Martins, Zilda Mendes, Rute Horta, Ema Paulino,

refletem, «com especial relevo», acerca de «duas intervenções farmacêuticas desenvolvidas no contexto do combate à pandemia COVID-19: a dispensa em proximidade de medicamentos de regime ambulatorio hospitalar, e o serviço de testes rápidos de Antígeno (TRAg) de uso profissional», mostrando o bem conseguido para as populações assim especialmente servidas. Começando com um breve «Enquadramento», faz-se a descrição da «Dispensa em proximidade de medicamentos de regime ambulatorio hospitalar em Farmácias Comunitárias durante a pandemia COVID-19», detalhando a «Operação Luz Verde», que decorreu sem «reportes ou evidências de quaisquer problemas novos de segurança ou de rastreabilidade dos medicamentos hospitalares dispensados [...]», a que se segue um «Estudo de avaliação da Operação Luz Verde». Passa o capítulo a estudar a «Implementação e desempenho do serviço de TRAg de Uso Profissional para o diagnóstico do SARS-CoV-2 nas Farmácias Comunitárias», seguindo-se o «Envolvimento das Farmácias Comunitárias na prestação do serviço TRAg de Uso Profissional», a que acresce a «Caracterização do serviço de TRAg na Farmácia», como corolário de investigação, surge uma pesquisa acerca da «Perspetiva da população portuguesa sobre o valor da TRAg de Uso Profissional na Farmácia Comunitária», em que se mostra que é manifestado objetivamente um «elevado índice de confiança e satisfação da população no que diz respeito à farmácia comunitária». Da «Conclusão», destaca-se que «Os resultados do estudo da OLV confirmam o potencial de ganhos com a dispensa de proximidade de medicamentos que atualmente apenas são disponibilizados em hospitais. São identificadas vantagens relevantes para o cidadão a nível da comodidade, satisfação e resultados em saúde, gerando ainda poupanças para o cidadão e para a sociedade».

Eugénio da Fonseca, no capítulo intitulado «A mobilização mundial para o combate à pandemia, o papel do voluntariado», começa por apresentar «três aspetos» relevantes do voluntariado, forma concreta de «exercer a cidadania», «estilo diferente de trabalhar», «dimensão espiritual». Em «A Pandemia COVID-19 no contexto português», manifesta a sua posição relativamente às condições de ordem vária que marcaram a presença do vírus na sociedade portuguesa, salientando a diferença fundamental entre «voluntariado» e «voluntarismo», ambos em ação durante a doença em causa. Todavia, é acerca de «O contributo do voluntariado no combate à pandemia» que a reflexão mais se adensa, ponderando sobre o facto de a pandemia ter suscitado «muita criatividade, reorganização, esforço redobrado e também alguns equívocos».

Ora, se se pode e deve aprender com o que está e com o que já esteve, todavia, é para o futuro que as lições são verdadeiramente importantes, pelo que surge uma nova reflexão relativa ao «Voluntariado em saúde no pós COVID-19», em que se conclui que «A pandemia provocou impactos negativos, mas também positivos, que podem transformar-se num contributo efetivo, através do efeito de coesão que as ações de voluntariado podem conferir às sociedades. As exigências do tempo presente necessitam de respostas e de uma reflexão profunda em diversas áreas de maior vulnerabilidade. Os fatores chave são: o tempo, os valores, o bem comum, o humanismo e o enriquecimento da cidadania».

Em «O papel das instituições económicas no combate à pandemia», João Borges de Assunção, começando por tecer considerações definitórias acerca da COVID-19, pondera sobre «Pandemia e políticas públicas», iniciando a sua reflexão com a questão dilemática: «Tratar da saúde ou da economia?». Constata que «A generalidade dos países tentou preservar o emprego e a capacidade produtiva da economia através de subsídios diretos a empresas, instituições e famílias ou mecanismos de financiamento em condições especiais mais favoráveis». No geral, «os governos foram obrigados a adotar os dois tipos de medidas: sanitárias e económicas. Num certo sentido quanto mais onerosas para a economia forem as medidas sanitárias, tanto maiores teriam de ser as medidas económicas». De facto, constata-se que «A principal consequência económica das políticas sanitárias, em particular as políticas de confinamento, foi uma acentuada redução da atividade económica», tendo, no entanto e em boa hora, sido «tomado um conjunto de medidas que permitiram mitigar» tais consequências económicas, como o autor passa a explicitar, com detalhe e atenção crítica, tocando ainda os pontos «A possibilidade de uma estratégia global», «Dinâmicas institucionais», «As políticas públicas de combate à pandemia», «O mercado de trabalho e os funcionamento das empresas», «Heterogeneidade setorial e equidade», «Mobilização nacional: coesão e dissensão», concluindo com «Legado de um período excecional», de que se salienta a reflexão existencial: «Também se aprendeu que as sociedades sobrevivem, mesmo quando se introduzem alterações muito significativas e extraordinárias no seu modo de funcionamento», talvez a lição fundamental, que é antiga, todavia repetidamente esquecida, a aprender relativa a um presente que, na periclitância do movimento que constitui o mundo, sempre novo, é o absoluto de realidade que somos e de que é possível, assim se queira, retirar a possibilidade de poder continuar a ser. Assim se queira.

Germano de Sousa, no capítulo «Algumas reflexões sobre a pandemia. Que aprendemos?», começa por pôr a dúvida que deve assombrar, sobretudo, quem deve governar — conduzir bem a bom porto — os povos: «Se de novo e em breve, ou não tão breve como isso, um vírus desconhecido, vindo dos confins da África ou da Ásia, se espalhar pelo mundo, causando doença grave e morte, que faremos?». Esta questão deveria ser afixada à entrada de todos os palácios de todos os governos do mundo. Dada a incapacidade sucessivamente demonstrada de se aprender com epidemias e pandemias passadas, faz todo o sentido, mesmo em termos epistemológicos, interrogar «sobre se o que aprendemos com esta pandemia nos permitirá estar preparados para situações idênticas no futuro». Como parte desta possível preparação interessa, assim, a reflexão crítica que o autor realiza, ponderando sobre os temas: «A imunidade de grupo», «As vacinas», «Ciência, comunicação e desinformação», «Colaboração público privado e social», «O rasto do COVID-19», culminando numa conclusão que assinala alguns marcos miliares já atingidos, de que se destaca: «Se tudo correr bem como esperamos e ansiamos em breve, e caso não surja uma variante altamente mortífera, viveremos e conviveremos com este vírus como o fazemos com os outros *Coronavírus* que desde os anos 60 do século passado abundam entre nós provocando constipações mais ou menos fortes». Tal, não deixando de ser bom para a humanidade, nem por isso deixa de ser uma vitória biológica e evolutiva do vírus, que, assim, se instala e permanece.

No que diz respeito à terceira parte da presente obra, «Preparar o Futuro: lições prospetivas para um cuidado humano global — a pandemia do cuidado», Fernando Ilharco, em «A lição das lições», pondo o ênfase no nível teórico, afirma: «Se pensar muda o mundo [...], não pensar também muda, e pensar mal, muda de igual modo. Pensar bem, por isso, para mudar melhor, é o desafio que se coloca no dia-a-dia profissional e pessoal de cada um: retirar lições do que correu bem e do que correu mal, para compreender, aprender e no futuro fazer melhor». O estudo desenvolve, de seguida, pormenorizadamente, os vários fatores de que depende «pensar bem», que se elencam: «O *feedback* e a experiência», «A confiança e o desempenho», «As duas mentalidades», «O beco sem saída», «A caixa preta», «Os inimigos da alta performance», terminando com «Quem pode fazer a diferença», em que se reflete acerca de quem e como se pode contribuir para um modo melhor de se pensar e, assim, de efetivar as ações necessárias para que algo como uma pandemia ou outra qualquer magna questão concreta possa receber a resposta

adequada. A lição fundamental recebe uma formulação negativa, como negativa é a sua necessária consequência: «Não aprender é mais fácil, mas mais caro», sendo que «Aprender, no entanto, pode ser difícil. Ninguém aprende por nós. É necessária predisposição para ser contrariado, para ser surpreendido, para descobrir que se está errado», pois, «Sem a humildade e a capacidade de aceitar que não é como pensávamos, que não está bem como sempre fizemos, que é diferente e complexo, que o mundo mudou, é difícil aprender».

No capítulo intitulado «O papel dos *media* noticiosos na gestão de crises de saúde pública», Catarina Duff Burnay, Felisbela Lopes, Clara Almeida Santos, Ana Teresa Peixinho, Rita Araújo e Olga Estrela Martins, refletem aprofundadamente sobre pontos relevantíssimos da relação entre *media* noticiosos e a gestão de crises de saúde pública, mostrando «A importância social do *media* noticiosos no campo da saúde», em tarefa ancilar de «promover a saúde e prevenir a doença», pois «Os *media* noticiosos são uma fonte importante de informação de saúde para o público em geral, especialmente em tempos de crise». Esta afirmação é amplamente justificada no estudo subsequente. Por outro lado, há um momento em que «[...] o jornalismo orienta comportamentos», como acontece no caso da COVID-19, ponto em que se mostra como tal ocorre. Do estudo realizado, decorrem «Lições de uma pandemia para uma comunicação/jornalismo da saúde com mais qualidade», em que sobrelevam as seguintes atividades: «Comunicação estratégica» e «Jornalismo». Conclui-se que «No meio de tantas adversidades e desafios, o jornalismo acabou por se legitimar e sair reforçado em tempo de pandemia», pois, se «Ao jornalismo muito é solicitado num momento em que os próprios jornalistas são parte interessada enquanto cidadãos também sujeitos a todos os efeitos da pandemia», a sua ação passa necessariamente por ser «chamados a criar recursos de combate à desinformação, fazer recomendações a comunidades afetadas, melhorar canais de comunicação com as fontes, ajudar os profissionais de saúde a vê-los como aliados, orientar comportamentos [...], e, ao mesmo tempo, reportar com factualidade, como é próprio do jornalismo». Sublinha-se *como é próprio do jornalismo*.

Em termos de reflexão fundamental no âmbito do Direito, no capítulo dedicado a pensar «Vulnerabilidade humana, integridade da pessoa, ética e direito: a obrigatoriedade vacinal como questão», Maria da Glória Garcia tece uma rigorosa reflexão em torno dos seguintes pontos: «Vulnerabilidade como condição humana e ética do cuidado», «Vulnerabilidade

humana e investigação científica», «Conhecimento científico, integridade da pessoa e consentimento informado», «Integridade pessoal, autonomia da vontade e discursos de direitos: em especial direitos humanos e direitos fundamentais», «Dignidade humana, património comum da humanidade e a exigente renovação do discurso ético e jurídico», «Discurso jurídico-constitucional, direitos circulares, renovação do discurso político», terminando com o ponto «Recusa injustificada da vacina contra o vírus da COVID-19». O capítulo encerra-se com a pergunta radical, em termos éticos, políticos e de Direito, de cuja resposta muito do que é o resultado dos esforços denodados dos combatentes sanitários em situações epidémicas ou pandémicas depende: «Encontrando o *consentimento informado*, legalmente previsto, justificação na defesa da dignidade e fragilidade humanas perante poderes potencialmente lesivos, pode considerar-se juridicamente fundado o comportamento de quem, suficientemente informado e sem razão justificativa, recusar tomar uma vacina devidamente testada contra um vírus que, através do ar, contagia pessoa a pessoa, e pode provocar a morte?».

João Cortez de Lobão distingue nitidamente entre «Cobardes e egoístas, heróis e santos», afirmando, de início, que «Descobrimo-nos verdadeiramente globais. E apesar disso, nessa globalidade, demos por nós sozinhos, impotentes». Medo, superação, egoísmo, descoberta de um sentido de família mais profundo e vasto, redescoberta de «a importância do nosso mais próximo, do nosso vizinho». Do comum onfalocentrismo a «uma globalização bem feita» (ou quase), a das vacinas, o autor aponta para que «Redescobrimos a importância de ser família», «Aprendemos que é difícil estarmos juntos no mesmo espaço a cumprir cada um a sua obrigação», para que «A doença da solidão atingiu os mais frágeis da sociedade», para que os «Meios telemáticos ajudam, mas não são soluções para o ensino», para que «Humanizar é tão importante como os cuidados de saúde», para que «Nas empresas nem sempre é necessário haver reuniões presenciais», sendo que as «Empresas aprenderam a ser mais próximas dos seus colaboradores» e que as «Grandes empresas também têm afinal grande capacidade de se reinventar», o que implica que «Não foram só os profissionais de saúde que foram os grandes heróis. A agricultura também foi o exemplo discreto», permitindo perceber, assim, integradamente, que «A economia preocupa-se com o bem comum», magníficos exemplos que permitem afirmar: «Esperava-se melhor das autoridades». No final, o autor nota que «Ainda que inicialmente todos compreendêssemos que as autoridades se depararam

com enormes incógnitas e com a necessidade de tomar com urgência decisões difíceis e corajosas, e por isso mesmo houve enorme adesão às medidas propostas, foi surpreendente o autoritarismo e a arbitrariedade com que se prolongaram e intensificaram as mesmas, atropelando liberdades básicas com grande ligeireza, tratando o povo como se fosse incapaz de responsabilidade»; em termos políticos, «Descobrimos também com tristeza que, apesar de toda a nossa informação e facilidade no seu acesso, a instauração e manipulação do medo é ainda um grande instrumento político». A conclusão final é radical: «somos cobardes e egoístas, mas também somos heróis e santos». De notar que nada impede que cobardes e egoístas se convertam em heróis e santos; ou reciprocamente.

No capítulo intitulado «Como pensar uma nova atividade em saúde centrada na prevenção e em que medida tal recentração pode permitir a prevenção e tratamento de novas pandemias», Nuno Ribeiro Ferreira estuda o que se considera ser o ‘normal’ em saúde, repensando tal estatuto de normalidade, apontando para um novo horizonte sanitário, com uma nova normalidade, assim abrindo um debate cada vez mais necessário sobre a finalidade da prestação de cuidados de saúde: combater a doença já instalada ou manter a saúde e prevenir a doença? Na «Introdução», refere: «O anormal está em nós, em muito do que se fez, e em muitíssimo mais naquilo que ainda ficou por fazer. Queremos regressar ao normal ou antes reconfigurar a nossa forma de habitar a casa comum que é o nosso planeta, a nossa forma de ser enquanto humanidade e a nossa forma de tornar a medicina verdadeiramente um cuidar do bem da humanidade?». A reflexão espraia-se pelos seguintes pontos: «A prevenção é um imediato perante a incerteza», percebendo que é preferível prevenir do que reagir, o que implica que se aposte, de novo, num sentido de «virtude». «A virtude da prudência contra o medo», medo que é poderosa base para todas as formas de irracionalidade (de que se destaca na presente pandemia, o negacionismo), por sua vez, pretextos e meios ao serviço de oligarquias e tiranias várias, potenciais e reais. Como conclusão, o autor oferece: «A medicina preventiva como horizonte de finalidade», em que se pode encontrar a afirmação: «[...] é ao serviço da humanidade que a medicina consagra a sua ação [...]» pelo que «[...] o ato médico deveria fundamentar-se na maximização da potencialidade do ser humano, isto é, a medicina deveria ser capaz de preservar a saúde humana, saúde essa que, mais do que a ausência de doença, é condição essencial para a expressão total do potencial humano. [...] Se a medicina se cingir à reação perante a doença (ou a respostas imediatas a pandemias), tal

significa a submissão humana à situação de doença, aqui tomada como inevitabilidade, catástrofe ou infortúnio, situação essa limitadora do dito potencial». Termina-se o capítulo com: «Contra o medo, apelamos à sabedoria prática que encontramos no absoluto do encontro particular de resposta a um apelo por parte de quem precisa». Este apelo e esta resposta não são apenas do âmbito dos atos em saúde, mas constituem isso por que há necessidade de haver sociedade, momento e ato da entrea-juda, próprio de e para pessoas não para lobos com figura humana.

Sérgio Deodato, no capítulo «Tarefas específicas da enfermagem na prevenção e tratamento de possíveis futuras pandemias», constata que a presente pandemia implica teoricamente «Uma análise necessariamente retrospectiva a partir da experiência vivida, mas, sobretudo prospectiva, no sentido de encontrar respostas para o futuro». «Respostas para o futuro» é uma interessantíssima noção. Tal tarefa impõe que se teça «Uma abordagem analítica de compreensão da realidade vivida, mas sobretudo uma visão de prevenção de futuras pandemias». Compreende-se, então que «A enfermagem, enquanto uma das diversas ciências da saúde, deve assumir uma especial responsabilidade na análise da realidade vivida durante a pandemia COVID-19, para dar o seu contributo para a melhoria das respostas que o sistema de saúde pode oferecer, no caso (muito provável) de uma nova situação pandémica». Aproveita-se, assim, uma realidade prática e pragmática única: «Deve fazê-lo a partir da sua própria centralidade científica, mas aproveitando a riqueza da sua própria multidimensionalidade epistémica», mantendo a sua dimensão de «arte», como as demais disciplinas que operam concretos cuidados de saúde, a enfermagem, «[...] para além da dimensão assistencial — ela própria uma realidade complexa —, [...] deve incluir na sua análise as dimensões de investigação, do ensino, de formação, da gestão e da consultadoria». O autor desenvolve os diferentes aspetos em que a enfermagem pode e deve relevar, terminando, em regime epistémico, afirmando: «É este o nosso legado científico, que nos obriga a aprofundar o conhecimento no sentido de manter o cuidado, cientificamente atualizado e eticamente humanizado, mesmo em situação pandémica».

Em «Aproveitar a crise para (re)pensar o futuro: o papel dos hospitais privados», Óscar Gaspar põe em evidência algo de incontornável, mas negligenciado: «Porventura nunca terá sido tão óbvio que “sem a saúde, nada”: a saúde é não apenas um fator primário de bem-estar e de identidade pessoal, como também um elemento essencial ao desenvolvimento». Se se incluir a racionalidade e a irracionalidade, em âmbito

sanitário alargado, então, incontornavelmente, ‘sem saúde, nada’ — o autor tem plena razão. De entre as lições hauridas durante o transato período pandémico, salientam-se: «[...] a prioridade da saúde pública, a transição digital da saúde e a evolução para uma União Europeia da Saúde», ideia estratégica magna e de relevantíssima importância. Todavia, «Por outro lado, o desempenho dos diferentes sistemas de saúde e a exigência de condições para garantir o acesso convida a uma releitura sobre a articulação entre os diferentes agentes». O autor disserta acerca de «O passado (recente): a resposta do sistema de saúde à COVID-19», analisando em pormenor os seguintes temas relativos a «O sistema no combate à COVID-19», «Impacto da COVID-19 na atividade assistencial», «A recuperação da atividade». De seguida, aponta «Três mudanças inevitáveis», a saber: «Reforço da saúde pública», «A transição digital da Saúde», «A União Europeia da Saúde». Quanto ao possível, reflete sobre: «O futuro: o papel dos privados», apresenta a «Declaração do Porto», trata de «O papel da hospitalização privada no sistema português de Saúde». Como conclusão, destaca-se: «Há muito a fazer e a história recente comprova que temos que congrega esforços, energia e investimentos para que cada um, de acordo com as suas especificidades e de forma articulada e transparente, possa fortalecer o sistema como um todo».

Fernando Sampaio assina o capítulo «Consequências psicológicas da pandemia COVID-19 sobre as pessoas em internamento hospitalar. Lições a retirar. Que estratégias futuras?». Estratégica e inamovivelmente situados «No olho do furacão», e «Fazendo pensar num ambiente de guerra, os hospitais formaram a linha da frente na batalha contra o vírus, sendo alocados para o efeito na quase totalidade do seu espaço, particularmente nos picos mais elevados da crise sanitária», transformando espaços e gentes, profissionais servidores e pacientes servidos. O autor nota o «Semblante [...] sério e pesado», o «medo e coragem» desses que «não tendo nascido para ser heróis, foram heroicos na sua ação»: «O medo, na verdade, não [...] impedia de combater com grande dedicação e zelo esse inimigo invisível e poderoso, escondido em cada doente». Palavras duras e realistas: «Não se deixavam abater pelo cansaço ou desanimar pela dor de cada baixa mortal». Estes foram, assim, «Tempos de angústia», parte de «Uma experiência violenta», consumada desde «o silêncio nas enfermarias», aos «sentimentos de solidão, abandono, desamparo», «Nessa solidão real e existencial, o medo e a angústia pareciam saltar de cada olhar e da expressão de cada rosto». Num meio rendido a «O modelo médico bio mecanicista», importa

relembrar que «A pessoa é mais do que a doença», o que implica que o cuidar da sua saúde «Requer equipas multi e transdisciplinares, tornando mais complexa a intervenção em saúde e a comunicação entre pares e na equipa de cuidados». Então, «Que desafios para o futuro?». A resposta, em termos de princípio fundamental, é simples e clara: «A pessoa no centro». O autor desenvolve consequências ponderosas deste princípio, concluindo: «Assim, as estratégias futuras, quer para a gestão de crises severas, nomeadamente as que se inscrevem no âmbito da saúde, quer em períodos de normalidade, deverão incorporar todas as experiências e vivências de todos os protagonistas — doentes e cuidadores — adquiridas nestes tempos difíceis. Colocando a pessoa — que é sempre mais do que a sua doença — no centro dos cuidados e tendo presente que a saúde engloba várias facetas, não descuidar qualquer uma delas».

Pensando a relação do poder local com a presente pandemia, Luísa Salgueiro, no capítulo «A pandemia por COVID-19: um desafio também para o poder local», começa por referir que «A pandemia da doença COVID-19 [...], que [...] se abateu sobre Portugal e o mundo, posicionou os municípios portugueses perante desafios de extrema exigência e até então inimagináveis». No entanto, «O Poder Local — municípios e freguesias — esteve, desde o primeiro dia, na linha da frente da resposta a esta pandemia, trabalhando, diariamente, em várias áreas de apoio às pessoas, instituições e empresas e assim prossegue até ao dia de hoje, desde logo porque os efeitos da pandemia, tanto na saúde das pessoas, como na economia familiar, como na sustentabilidade das empresas, está longe do fim». A autora, descreve, em «Temos feito o que está ao nosso alcance para ajudar a debelar esta pandemia [...], com pormenor, os âmbitos de ação: «Apoio financeiro a particulares e empresas», a que se segue um vasto conjunto de outros apoios — «[...] a crianças e famílias mais carenciadas, aos mais vulneráveis; à população em situação de sem-abrigo, a profissionais dos serviços essenciais», também «Apoio psicológico», «Implementação de banco de voluntariado excecional», «Limpeza e higienização», «Apoio a instituições», por antecipação de apoios e subsídios previstos, «Apoio à comunidade escolar», «Articulação com entidades intermunicipais». Conclui a autora, com visão estratégica: «Atualmente, embora estejamos cientes de que esta crise de saúde pública ainda não está ultrapassada e saibamos que a crise social e económica precisa de ser enfrentada, nos próximos anos, com resiliência, mas, acima de tudo, com medidas específicas de incentivo à economia,

a ANMP considera que é já tempo de olhar para outra frente — o futuro comum».

Procurando perspetivar possibilidades de que o porvir se faça, Rodrigo Queiroz e Melo, em «Futuro: prospetivas para uma escola do cuidado humano integral», é assertivo ao afirmar «Em 2020, o mundo parou para combater a pandemia do COVID-19. Durante esse tempo, apesar de num quadro de menor liberdade decorrente dos confinamentos e restrições a atividades presenciais, tivemos uma experiência de total autonomia das escolas na medida em que todas as regras de funcionamento foram suspensas». Para quem vive sempre no medo da liberdade, tal experiência pode ser perigosa. O autor explica por que razão tal não é o caso, trabalhando este sentido de liberdade autonómica, em que «[...] após clarificar o conceito de educação integral e analisar em mais detalhe a evolução do enquadramento legal da autonomia das escolas entre 2005 e 2019, [se olha] para os resultados dos alunos nas avaliações externas no período pandémico [e se argumenta] que esta experiência demonstra que é possível as escolas definirem um novo foco na educação integral sem que isso signifique perdas no desenvolvimento cognitivo dos alunos». Após «Uma resenha histórica para contexto», apresenta-se o conceito fundamental, «A educação integral», passando-se para a exposição de «Políticas educativas que criaram condições para a autonomia curricular das escolas — condição necessária para maior foco na educação integral», especificando no caso do «XVII Governo Constitucional», do «XIX Governo Constitucional» e do «XXI Governo Constitucional». A «Crise pandémica» obrigou a «um regime de exceção educativa», com as também medidas decorrentes consideradas necessárias. Conclui o autor, no ponto «Lições da Pandemia e Educação Integral»: «O melhor que saiu deste tempo muito difícil foi esta consciência de que a escola não serve só para “dar a matéria” e que há todo um mundo de desenvolvimento pessoal e social a integrar curricularmente para haver mesmo diferença. As escolas já beneficiavam de autonomia legal, já viram que é possível internalizar a coordenação do trabalho. Agora, é só mesmo vontade de se reinventarem e oferecerem uma educação integral».

João Pedro Tavares, em seu capítulo «Tarefas do mundo empresarial em geral no auxílio à prevenção e gestão de possíveis futuras pandemias», começa por constatar que «A forma como a pandemia se espalhou por todo o mundo foi a prova do nível de globalização em que vivemos, do nível de interação que temos». Cita o Papa Francisco: «“de uma

situação destas não se sai igual. Ou saímos melhor, ou saímos pior”». Que se aprendeu e que se pode transportar de tal para o possível futuro? A primeira lição impõe-se — e é bom que se aprenda de uma vez por todas: «A principal aprendizagem é que, de facto, não será possível prevenir a totalidade das situações», a que se acrescenta a re-evidência da humana fragilidade e necessidade de entreaajuda. Não há planos para tudo. «Sim, planejar é importante», mas nada impede «a surpresa e o inesperado». A lógica da competição, cega, impede o sucesso que só se obtém colaborando: «O nosso maior competidor somos nós mesmos, na falta de visão, na aversão ao risco, na incapacidade de inovar e de ser ágeis». O sentido da importância das pessoas ganha relevo: «Ao nível das empresas deram-se evoluções significativas neste período. Deixou de se olhar para os colaboradores num sentido estritamente profissional, mas passou-se a considerar a sua realidade pessoal e familiar». Lição incontornável: «No futuro já não será possível que se determinem regras ou normas de aplicação geral, mas ter-se-á de considerar muitas mais variáveis»; «A liderança passará a incorporar outras variáveis, para lá das económicas e que permitam medir impacto, avaliar sustentabilidade ou ainda, felicidade no trabalho ou exercício da cidadania»; «Os processos de decisão deverão ser reformulados no sentido de serem, por um lado mais ágeis e, por outro, inclusivos»; «O mundo será, deverá ser, cada vez mais convergente entre os múltiplos agentes e cabe ao mundo empresarial ter um papel ativo na promoção dessa convergência».

No capítulo que escreve, «A antecipação do infinito», Pedro Abrunhosa relembra que «A música é a única manifestação artística comum a todas as culturas conhecidas, mesmo as que remontam às mais recônditas sombras do tempo, fazendo dela uma necessidade natural, quase vital, da espécie humana». A música transcende o insignificante quotidiano, servindo «A vontade de aceder aos mistérios da existência, projectada na essência do divino», tal vontade «encontra na música a capacidade de sublimação do silêncio, de ser imatéria que nenhuma outra linguagem consegue traduzir e que só, porventura, apenas o processo noético interior consegue remeter para a bruma do intuito e do espanto». Sendo assim, «Esta constante que a música carrega, talvez munida de ímpeto que abraça o religioso, tem ajudado a Humanidade a iluminar o seu próprio caminho». Neste contexto cultural e espiritual, «A música é, por definição, a arte do encontro e da co-construção», por tal, «a interação entre executantes ativos e ouvintes passivos faz da experiência musical um assomo à partilha da catarse. A dor e a emoção são, como a

alegria e a celebração, vividas na comunhão de um hemisfério invisível [...]». Ora, algo com a dimensão de uma pandemia vota «toda uma comunidade ao isolamento», impossibilitando tal experiência. «[...] entregue a uma existência solipsista forçada», os seres humanos experimentam uma «[...] ausência de harmonia, isto é, do equilíbrio das inter-relações sociais e das vontades do grupo», de que «pode advir uma monodia [...] desprovida de ligação ao corpo envolvente, uma monótona recriação do real do qual o transcendente foi completamente banido». Os músicos, em pandemia, tiveram de «imediato» cessar a «sua profissão». Todavia, de imediato, também, outras formas de presença foram postas em ato: «Em simultâneo, como se uma invisível alavanca coordenasse vontades, surgiram recitais, concertos, espetáculos, sessões de co-composição à distância, *master-classes*, tutoriais e, mesmo, Festivais, cruzando uma multiplicidade de intervenientes, em número e em correntes estéticas, muito superior ao geralmente conseguido nos tradicionais Festivais de Verão». Depois de desenvolver este ponto, o autor reflete objetivamente sobre os números da crise económica que se instalou na atividade artística ligada à música, mostrando as consequências da impossibilidade da realização de espetáculos fisicamente presenciais. Questiona-se, ainda, o impacto «não mensurável» sobre «o equilíbrio emocional de quem faz da *performance* em palco também um ato de imolação pessoal». Conclui o autor: «O ritmo do coração confunde-se com o da vida. E onde há música há, seguramente um coração a bater. Talvez mesmo mais do que um: o que a executa e o que a ouve. Dois corações já fazem futuro. Aspiram-no. E a música é, apenas, uma outra forma de o anunciar».

No capítulo que dedica a «Future: prospects for the tasks of a global human care — the care pandemic», António de Almeida, começa por citar W. S. Churchill: «“a crisis should never go to waste”», manifestando que «This sense of opportunity is all the more important when crisis ravage all of humanity», sendo que a pandemia, «Whilst it revealed very positive aspects of our global society, this public health crisis has also highlighted important shortcomings that we must strive to overcome in order to better deal with future pandemics». Como pontos positivos, apontam-se, por exemplo, «The speed of collecting and sharing information», ou para lá do esforço de prevenção da transmissão da doença, «we quickly collected evidence on personal behaviours that helped to reduce the rate of infection [...]», tendo, assim, «This knowledge allowed the return to daily activities safely, thus resuming our life in society». Por outro lado, «This same sharing of clinical data has allowed us to quickly learn how

to more effectively treat the most affected patients». Segundo a mesma ordem de ideias e de atos, «This same global collaborative spirit was reflected in the development of vaccines against the virus [...] vaccines were developed that would change the course of the pandemic». Todavia, mais impressionante, num ambiente ultra-regulado e lento, foi «the speed with which these vaccines became available». Quanto às insuficiências do nosso sistema de saúde, talvez o mais crítico seja: «the lack of redundancy in our systems», implicando que «what was witnessed across the world calls for urgent re-thinking of how our systems are organized with a view to integrate rapid response systems and dedicated crisis units to deal with future pandemics». Salienta-se, ainda, um outro importante problema, devido às insuficiências sistémicas apontadas: «Another important consequence of the way our healthcare systems are currently organized is the fact that many other cronic and acute diseases were somewhat neglected during the pandemic». Como resposta, «It is therefore critical that mechanisms are put in place to maintain the quality of care for patients with other diseases whilst ensuring their safety», corrigindo também outra insuficiência: «the gross inequality in access to healthcare that we see in different regions». Conclusivamente, o autor afirma: «Medicine in the post-pandemic world has undoubtedly changed. This means that the training of healthcare professionals must accompany this change».

Quando estas linhas são escritas, a pandemia COVID-19 ainda lava. Os que subsistirem e que possam, de hoje a alguns anos, repensar tudo o que se vai sobre tal fenómeno pensando, será que se depararão com a existência de «lições» aprendidas com todo este trágico drama? Ou será que, mais uma vez, na realidade, nenhuma verdadeira lição se retirou (se vai retirar), perpetuando uma ciclicidade de necessidade, que sucessivamente condena seres humanos, sobretudo os inocentes, a sofrimento e morte desnecessários? Espera-se, fortemente, que prevaleça o sentido da ponderação e da prudência.

Os coordenadores agradecem a colaboração de todos os que contribuíram para a publicação desta obra, autores, patrocinadores e técnicos editoriais.